



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

O BILINGÜISMO COMO PROPOSTA EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS SURDAS

KUBASKI, Cristiane – UFSM
kubaski229@bol.com.br

MORAES, Violeta Porto – UFSM
viomoraes@ibest.com.br

Eixo temático: Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

A educação dos surdos é um assunto inquietante. Inúmeras polêmicas têm se formado em torno da educação escolar das pessoas com surdez. O objetivo desse artigo é conhecer o bilingüismo como proposta educacional, constituindo a língua dos sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Considerando que as línguas de sinais são naturais da comunidade surda e não apenas gestos e mímicas; e a língua portuguesa torna-se uma possibilidade de desenvolver a consciência da importância da leitura e da escrita nessas crianças. A proposta bilíngüe também vai permitir ao aluno surdo, construir uma auto-imagem positiva, pois além de utilizar a língua de sinais como língua natural, vai recorrer à língua portuguesa para integrar-se na cultura ouvinte. O bilingüismo chama a atenção para o aspecto da identificação da criança surda com seus pares. Considerando que, a educação bilíngüe tem contribuído cada vez mais para que isso aconteça, sugerindo um novo olhar sobre a surdez, que se afasta de uma visão clínica e reabilitadora. É necessário compreender que a língua de sinais apresenta uma modalidade diferente da língua oral e torna-se uma mediadora para o aprendizado de português. Vale ressaltar, que os meios favoráveis para a educação da língua portuguesa devem ser visuais, pois facilitarão a compreensão deste aluno, sendo de fundamental importância a mudança de metodologia em sala de aula para que a surdez não seja usada como impedimento na aprendizagem. O importante então, é que seja oferecida uma educação que permita o desenvolvimento integral do indivíduo, de forma que desenvolva toda a sua potencialidade.

Palavras-chave: Bilingüismo. Educação de surdos. Língua de Sinais. Língua Portuguesa.

Introdução

A proposta bilíngüe traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua e mediadora da

segunda: a língua portuguesa. O bilingüismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda.

A aquisição da língua de sinais vai permitir à criança surda, acessar os conceitos da sua comunidade, e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a língua portuguesa, possibilitará o fortalecimento das estruturas lingüísticas, permitindo acesso maior à comunicação.

Vygotsky julga que a linguagem tem papel decisivo na formação dos processos mentais, e a língua, além de ser uma forma de comunicação, é uma função reguladora do pensamento. A linguagem torna-se um meio de transmitir conceitos e sentimentos, além de propiciar elementos para ampliar conhecimentos. A surdez pode bloquear o desenvolvimento da linguagem verbal, mas não impede o desenvolvimento dos processos não-verbais.

Independentemente de estar inserido em escola especial ou escola comum, o aluno surdo tem direito a uma metodologia que atenda às suas necessidades, a partir de vivências, dramatizações e uma variedade de jogos. Para isso, o professor deve lançar mão de estímulos visuais para que as crianças se apropriem de todos os conceitos.

O bilingüismo e a educação escolar

A abordagem educacional por meio do bilingüismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: A língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte.

As propostas educacionais começam a estruturar-se a partir do Decreto 5 626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dessa forma, os surdos passaram a ter direito ao conhecimento a partir desta língua. O português é utilizado na modalidade escrita, sendo a segunda língua, e a educação dos surdos passa a ser bilíngüe.

Nesse sentido, Quadros contribui dizendo que: “Quando me refiro ao bilingüismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (2000, p.54).

Existem atualmente, algumas divergências relacionadas à inclusão dos alunos surdos, visto que, para alguns, a escola especial é segregadora, pois os alunos isolam-se cada vez mais, e os resultados obtidos não são os esperados. Já para outros, essa escola enaltece a comunidade surda, sua cultura e sua identidade, enfatizando que esse espaço de aquisição de uma língua efetiva promove o desenvolvimento cognitivo da criança. O importante é a

interação entre as duas línguas, para que a criança cresça, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, lingüísticas, afetivas e políticas, independentemente do espaço escolar no qual está inserida. Para isso, é necessário conhecer os sujeitos na sua singularidade lingüística e reconhecer que os alunos surdos precisam de uma educação específica. O ideal, é que a criança adquira primeiro a língua de sinais e, depois a língua portuguesa para que facilite a sua compreensão, uma vez que o aprendiz da segunda língua utiliza a primeira como estratégia da aprendizagem.

Nessa perspectiva, Lerner (2002) afirma que o desafio que a escola enfrenta hoje é conseguir que todos os seus alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores.

O bilingüismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma auto-imagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngüe possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação lingüística.

Língua de sinais

As línguas de sinais são um sistema lingüístico usado para a comunicação entre pessoas surdas. São adquiridas como primeira língua por essas pessoas, bem como, um recurso para que os ouvintes possam se comunicar com pessoas que não conseguem ouvir.

Os primeiros estudos lingüísticos sobre as línguas de sinais, mais precisamente sobre a língua de sinais americana, foram desenvolvidos por Stokoe (1960) e tinham como objetivo mostrar que os sinais poderiam ser vistos não apenas como gestos, aos quais faltava uma estrutura interna. A estes estudos, outros se seguiram, que tiveram como objeto as línguas de sinais usadas pelas comunidades surdas em diferentes países, como França, Itália, Uruguai, Argentina e muitos outros. Já no Brasil, a adoção da língua de sinais na educação de surdos é um fato mais recente, sendo que, nos últimos anos, tem sido crescente o número de adeptos e defensores do seu uso.

As línguas de sinais, são naturais das comunidades surdas, não são simplesmente gestos e mímicas e sim, línguas com estruturas gramaticais próprias. Não são universais, cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional. Como qualquer outra língua, possui expressões que diferem de região para região (os regionalismos), o que o legitima ainda mais como língua. As línguas de sinais possibilitam o

desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, uma vez que favorecem o acesso destes aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade. Pereira argumenta que:

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-se no funcionamento dessa língua. (PEREIRA, 2000).

As expressões faciais e corporais são de fundamental importância para o entendimento do sinal, visto que, a entonação em língua de sinais é feita por estas expressões e que, o diferencial entre as línguas de sinais e as demais línguas é a sua modalidade visual – espacial, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida por meio do canal oral-auditivo, mas por meio da visão e da utilização do espaço.

A LIBRAS (língua brasileira de sinais) é a língua materna dos surdos brasileiros e foi aprovada pela Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002.

A datilologia é um recurso usado pelos surdos para expressar alguma palavra nova, ou nome próprio que ainda não tenha um sinal, em que cada sinal corresponde a uma letra (querema). É a maneira de soletrar as palavras com as mãos, usando um alfabeto manual. A criação das palavras mediante o alfabeto datilológico faz parte das línguas de sinais.

Adquirida a língua de sinais, esta terá papel fundamental na aquisição da leitura e da escrita, pois vai possibilitar a constituição de conhecimento de mundo, propiciando aos alunos surdos, entender o significado do que lêem, deixando de ser meros decodificadores da escrita. Não devendo ser tratada apenas como facilitadora da comunicação, mas como objeto de estudo. Faz-se necessário, assim,

Um modelo no qual o *déficit* auditivo não cumpra nenhum papel relevante, um modelo que se origine e se justifiquem nas interações normais e habituais dos surdos entre si, no qual a língua de sinais seja o traço fundamental de identificação sociocultural e no qual o modelo pedagógico não seja uma obsessão para corrigir o *déficit*, mas a continuação de um mecanismo de compensação que os próprios surdos, historicamente, já demonstraram utilizar (Skliar, 1997, p.140).

A língua portuguesa para surdos

Por muito tempo, a escola ignorou as especificidades dos alunos surdos, trabalhando com eles da mesma forma que com os ouvintes, usando os mesmos materiais, bem como os mesmos métodos, submetendo-os a um processo da língua escrita por meio de uma prática estruturada e repetitiva, o que resultou em restrições de vocabulário, uso de frases estereotipadas, nas quais faltam os elementos de ligação e dificultam o uso efetivo da língua. Se a pessoa com surdez não tiver um bom domínio da língua, certamente terá dificuldades na compreensão de muitas palavras do texto.

Diante do exposto, Terzi comenta que: “(...) a ênfase na decodificação das palavras independente do seu significado cria, na escola, uma pseudolinguagem para falar da escrita, produzindo uma ruptura tanto no desenvolvimento da linguagem oral do aluno, como na linguagem escrita.” (1995: 15).

Para que leiam e escrevam, as crianças surdas, assim como todas as outras precisam ter conhecimento de mundo de forma que possam recontextualizar o escrito e daí derivar sentido. Necessitam de conhecimento sobre a escrita para que possam encontrar as palavras, as estruturas das orações, assim como para criar estratégias que lhes permitam compreender os textos lidos. Para isso, torna-se necessário descartar o uso de materiais de leitura de baixo nível apresentados aos alunos surdos, pois assim contribuir-se-á em grande parte para as dificuldades de leitura que esses apresentam.

Friães e Pereira analisaram a leitura de adolescentes surdos e concluíram que

O argumento de que o aluno surdo tem muita dificuldade de ler faz com que os professores evitem a atividade e, assim, a leitura vai-se tornando cada vez mais difícil, limitando-se a textos pequenos, facilitados, tanto semântica como sinteticamente, empobrecidos e, muitas vezes, não adaptados ao interesse dos alunos (Friães e Pereira, 2000, p.121-122).

Muitas vezes, espera-se que os surdos compreendam a escrita a partir de estruturas simples que gradativamente progridem para estruturas complexas. Diante disso, Sánchez, 1989 diz que (...) “os surdos, de forma diferente que os ouvintes, não podem aprender o som das letras porque não ouvem e não podem fazer uso do mecanismo alfabético para extrair significado do escrito”.

As propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo têm como objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Ressaltando, a importância de desenvolver na criança a consciência da utilidade da escrita, oferecendo-lhes uma

metodologia de ensino própria. A criança deve ter contato com a língua portuguesa de forma funcional, a partir de objetos e coisas familiares para ela, estabelecendo a relação da palavra com as coisas.

O uso de recursos visuais é fundamental para a compreensão da língua portuguesa, seguidos de uma exploração contextual do conteúdo em estudo. Para a aquisição da língua portuguesa, é necessário que o professor estimule permanentemente o aluno, provocando-o a enfrentar desafios, bem como, faça uma avaliação do seu desenvolvimento continuamente para assegurar que se conheçam os avanços do aluno com surdez e para que se possa redefinir o planejamento, se necessário.

Considerações Finais

Fica evidente a importância da educação bilíngüe para a aprendizagem da criança surda, sendo fundamental, para isso, que as atividades realizadas sejam adaptadas conforme suas necessidades. Diante disso, o aluno surdo precisa de uma metodologia de ensino própria, com sala de aula adequada, em que predomine o visual. É importante perceber que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte, precisando apenas que suas necessidades especiais sejam atendidas.

A língua de sinais torna-se imprescindível para esse processo de aprendizagem, bem como a língua portuguesa, visto que, a primeira, servirá de mediadora para a segunda, e a alfabetização será de forma natural, primeiramente entende-se a Libras, e, aos poucos, associa-se ao português.

É preciso, que a escola, não se preocupe apenas em alfabetizar os alunos surdos, mas sim, ofereça-lhes condições para que se tornem leitores e escritores, não apenas codificadores e decodificadores dos símbolos gráficos, apoiando-se menos na relação oralidade/escrita, e sim, no aspecto visual da escrita como fator relevante no processo de sua aquisição.

Desse modo, teremos surdos alfabetizados em ambas as línguas, conhecedores de sua cultura, bem como da cultura ouvinte, favorecendo assim o pleno desenvolvimento desses sujeitos, e a sua participação na sociedade, exercendo seu papel de cidadão.

REFÊRENCIAS

FRIÃES, H.S.; PEREIRA, M. C. C. **Compreensão da leitura e surdez.** In: LACERDA, C. B. F. de; GÓES, M. C. R. surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p.113-122.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola:** o rela, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEREIRA, M.C.C. **Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos.** In: Seminário Desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2000. p.95-100.

QUADROS, R.M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais.** Textura, Canoas n3 p.54, 2000.

SÁNCHEZ, C. **La adquisición de la língua escrita sin mediación lingua oral.** Caracas: OEA, 1989.

SKLIAR, C. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos.** In (org) Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SOUZA, R.M. **Práticas alfabetizadoras e subjetividade.** In: LACERDA, C.B. F; GÓES, M.C.R. de (Org) Surdez – processos educativos e subjetividade. São Paulo: lovise, 2000.

TERZI, S.B. **A construção da leitura.** Campinas: Ed Unicamp, 1995.